

Negociação segundo a visão brasileira

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O presidente José Sarney disse, segundo uma entrevista publicada ontem pelo Wall Street Journal, de Nova York, que os países latino-americanos deveriam procurar soluções separadas para os problemas de sua dívida externa, em vez de trabalhar juntos. O presidente afirmou, também, que o Brasil resistirá às exigências de seus credores e do FMI para que adote um programa severo de austeridade econômica.

Sua declaração em favor da via independente para a negociação da dívida foi interpretada pela repórter Lynda Shuster, autora da entrevista, como rejeição aos apelos de algumas nações devedoras em favor da unidade nas negociações com os credores. O presidente disse, ainda, que as negociações com o FMI não deveriam transformar-se num debate ideológico entre Leste e Oeste.

Mas, segundo Shuster, Sarney afirmou que o governo tem por objetivo fazer o País crescer 5% ao ano nos próximos seis anos, a fim de sustentar os seus programas sociais, entre outras coisas. "Sem tais programas, as pressões sociais fariam o Brasil explodir", declarou Sarney ao jornal.

"Não é razoável — afirmou — pensar que possamos impor uma recessão ao Brasil", o que a seu ver seria o resultado das medidas de austeridade recomendadas pelo FMI. "As agências internacionais lidam com teorias, não com os duros fatos da vida", disse o Presidente, acrescentando: "O fato é que a pobreza é uma ameaça à democracia e se não tivermos dinheiro para atacar a pobreza, ficaremos sempre no limiar da desordem social".

Shuster afirma, na matéria, não ter ficado claro se a posição dura de Sarney é para valer, mas diz que ele parece resistir mais à ortodoxia do FMI do que os governantes do passado.

ESTATAIS

O presidente declarou ao impor-

tante jornal econômico de Nova York que os planos do governo prevêem um encolhimento do setor público através da venda de empresas estatais e da remodelação de outras. O setor privado será encorajado a preencher o vazio deixado pelo encolhimento do setor público, afirmou Sarney, sem entrar em pormenores.

Além disso, o governo cortará seu déficit orçamentário mediante redução dos gastos e aumento dos impostos e das tarifas. Sarney disse, ainda, que as taxas de juros internas — atualmente girando em torno de 45% em termos reais — seriam reduzidas e controles de preços seriam mantidos. O presidente previu que no fim do ano a inflação estará em torno de 210%, em ritmo anual, e em 1986 ficará por volta de 170%.

"Nosso plano prevê crescimento, dinheiro suficiente para pagar os juros e uma queda na inflação", afirmou o presidente ao Wall Street Journal. "Com tudo trabalhando tão bem, o que há para se discutir com o FMI?", perguntou.

O principal assessor econômico de Sarney, Luís Paulo Rosemberg, que assistiu à entrevista, disse que as medidas do governo estreitariam seu déficit do orçamento operacional para menos de 1% do Produto Nacional Bruto do País, no final do ano. Atualmente, o déficit anda por volta de 5,1% do PNB, segundo o jornal. Geralmente o déficit tem sido calculado em função do PIB e não do PNB. O jornal americano diz, ainda, que o FMI deseja que o Brasil apresente no orçamento operacional um superávit de 1,2% em 1985 e de 5% em 1986, metas que Rosemberg considerou inatingíveis.

Sarney queixou-se de que os credores e o FMI estimularam o País a aumentar suas exportações e que agora seu êxito provocou reações protecionistas. Condenou particularmente a ameaça que pesa sobre os calçados brasileiros nos Estados Unidos. "Subitamente, vamos ser punidos por esse fantástico esforço que todo mundo nos mandou fazer. É uma verdadeira contradição", protestou Sarney ao Wall Street Journal.